

## Exame da Época de Recurso

IED – I, 1.º Ano, Turma da Noite, 19 de fevereiro de 2025

### I

Analise a situação de facto que se segue e responda às questões formuladas:

A Lei A contém um artigo com a seguinte redação: «*Considerando que algumas espécies de peixes de água doce se encontram ameaçadas pelos fenómenos climáticos, é proibida toda a pesca da perca na região do Alentejo, no ano de 2024, sem prejuízo das épocas legalmente previstas para o efeito na presente lei*». Pergunta-se:

- a) Distinga o regime da pesca da **perca e da tainha** durante o ano de 2024 à luz da disposição legal indicada, justificando a sua resposta à luz dos argumentos da interpretação. (3 valores)
- **Recurso à interpretação declarativa da disposição legislativa no sentido de proibir a pesca de perca e explicação do conceito de interpretação declarativa;**
  - **Recurso ao argumento *a contrario* para concluir que a pesca da tainha não se encontra abrangida;**
  - **Distinção entre o argumento *a contrario* e o argumento *a silentio*.**
- b) É possível invocar a disposição legal citada para proibir a pesca de **enguias** no Alentejo, em 2024, considerando que, segundo amplo consenso entre os entendidos e os pescadores, a mesma se encontra ameaçada de extinção? (5 valores)
- **Impossibilidade de interpretar a disposição no sentido de abranger as enguias, atendendo ao disposto no artigo 9.º, n.º 2, do CC;**
  - **Eventual recurso à analogia *legis* e seu afastamento em face do disposto no artigo 11.º do Código Civil;**
  - **Necessidade de distinguir entre exceções formais e exceções materiais e conclusão pela qualificação da norma como exceção material em relação ao regime geral de permissão de pesca;**

**- Conclusão pela impossibilidade de abranger as enguias na proibição da disposição legal, mesmo adotando uma interpretação restritiva do artigo 11.º do Código Civil.**

## **II**

**Responda às seguintes questões:**

- a) Explique a importância do elemento literal à luz das regras de interpretação do nosso ordenamento jurídico (2 valores).
- Referência ao artigo 9.º, n.º 2, do CC e à importância do elemento literal no contexto dos elementos da interpretação;**
  - Importância do elemento literal na delimitação entre interpretação em sentido estrito e integração de lacunas.**
- b) Distinga integração analógica de interpretação extensiva. (4 valores)
- Definição dos conceitos de integração analógica e interpretação extensiva;**
  - Referência ao artigo 11.º do CC e problemática especial das normas excepcionais;**
  - Definição de normas excepcionais, dando exemplos.**
- c) Explique em que medida a distinção entre subjetivismo, objetivismo, historicismo e atualismo pode ter relevância política. (4 valores)
- Definição dos vários conceitos presentes na questão e suas relações possíveis;**
  - Importância do subjetivismo e historicismo na preservação do sentido interpretativo original das normas, em contraste com o que sucede com o objetivismo e atualismo;**
  - Referência ao modo como estes conceitos são recebidos no regime do artigo 9.º do Código Civil.**

**Duração: 90 minutos**

**Redação e sistematização: 2 v.**